

SELETA

O RIO GRANDE DO SUL NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Walter SPALDING

(...)

Quando se esboçou o movimento independentista no Rio de Janeiro, foi o Rio Grande do Sul dos primeiros a se manifestarem sem rebuços em favor do Brasil livre e independente, do Brasil uno e coeso do Amazonas ao Prata. Sim, ao Prata, porque na Cisplatina mandávamos e em sua defesa morreram milhares e milhares de gaúchos além de outros grandes sacrifícios que fizeram desde os primeiros anos de sua existência, principalmente desde que o Rio Grande fora elevado a Capitania Geral, em 1808, sob o governo e direção sábia e patriótica de D. Diogo de Sousa, e dali, da Cisplatina, somente arredaram pé quando, já o Brasil independente, D. Pedro I, num hábil golpe, firmou o Tratado de 27 de agosto de 1828, ratificado a 30 do mesmo mês e ano, concedendo a liberdade e independência à sua possessão para que se constituísse em Estado como melhor o entendesse, sob a proteção do Império Brasileiro e da República Argentina, livre desde 1810, mas que mesmo assim ambicionava incorporar às Províncias Unidas do Rio da Prata o povo que seria o grande amigo da República Oriental do Uruguai.

E mais: desde o movimento incondiente em Minas Gerais, se haviam acoitado no Rio Grande do Sul alguns implicados direta e indiretamente, e que por aqui ficaram pregando, discretamente, os ideais incondientes, como o padre Bento Cortes de Toledo, vigário de Caçapava paulista, e irmão do padre Carlos Correia de Toledo e padre Luís Vaz de Toledo e tio de Claro José da Mota, todos incondientes de 1789. O padre Bento Cortes de Toledo, embora em São Paulo e sem atuação direta, era contudo simpático ao movimento e nele falava abertamente. Por isso, logo que teve conhecimento da delação e prisão do alferes Joaquim José da Silva Xavier, resolveu desaparecer. E desapareceu escondendo-se na campanha sul-riograndense inabitada, e afundou Caçapava do Sul, a sua

nova Caçapava, por volta de 1790-1800. E por aí ficou até que, serenados os ânimos, e notando que nada houvera contra ele, conseguiu ser nomeado Visitador Eclesiástico, em 1800, instalando a 5 de julho do mesmo ano a Capela de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. E por lá permaneceu algum tempo entre gente humilde e gente de pro, proprietários criadores, com os quais se entretinha, certamente tratando, também, de assuntos do passado e de ideais políticos e de liberdade de nossa terra, ajudando a formar batalhões comandados pelos estrangeiros para se incorporarem às foças normais quando a Pátria os chamasse.

Não é, pois, de estranhar qu todo o Rio Grande do Sul, quando se esboçou o movimento independentista, se houvesse transformado num bloco único, coeso, enviando delegados, todos membros de seu governo, ao Rio de Janeiro para apoiar e incentivar o Príncipe Regente na sua luta contra Portugal, que queria novamente nos escravisar, num movimento impolítico e infeliz. Diante da situação criada pela má orientação política das próprias Cortes de Lisboa, não era de se esperar senão o levantamento que levaria o Brasil à independência, apesar da pobreza de seu erário e da falta de exército e marinha de guerra, coisa que o patriotismo de logo organizaria, como na realidade organizou, vencendo tudo.

A esse movimento o Rio Grande do Sul não ficou alheio. Aliou-se imediato aos patriotas do Rio de Janeiro, enviando deputados especialmente escolhidos para verificar de perto a situação, desde o 9 de janeiro, e dar, se possível e preciso, todo o apoio ao Regente, em prol do Brasil livre, desligado de Lisboa.

E para o Rio de Janeiro enviou o governo do Rio Grande do Sul, com apoio integral do povo, seu primeiro delegado, o coronel Manuel Carneiro da Silva Fontoura que na tarde de 9 de janeiro prestava seu depoimento, perante o Regente, da vontade do povo sul-riograndense. Logo a seguir, mais dois seguiram para a Corte: o padre Antônio Vicira da Soledade, vigário em Porto Alegre e o farmacêutico e jornalista Francisco Xavier Ferreira. Além destes, lá estava, talvez ido com o coronel Carneiro, outro delegado, José Saturnino da Costa Pereira, que a 15 de janeiro assim comunicava à Câmara Municipal de Porto Alegre os acontecimentos: (Segue-se o texto integral da comunicação de Costa Pereira sobre as ocorrências de 9 de janeiro de 1822). Em seguida, foram enviados os demais delegados, formando o conjunto de representantes do Rio Grande do Sul que permaneceram no Rio de Janeiro até a aclamação e coroação de D. Pedro I.

Ainda a 23 de maio, em manifestação pública, Francisco Xavier Ferreira dirigiu-se ao Príncipe Regente em longo discurso incitando D. Pedro e se fazer monarca do Brasil, declarando-o independente. Nele dizia: "os filhos e os íncolas do Brasil já principiavam a julgar-se isentos do antigo despotismo; os pachás das províncias, estes modernos pretores e procônules disfarçados no título de generais, viam arrancar-se-lhes da tirânica dextra o bastão de ferro (...) quando as

cortes portuguesas então variam de sistema e esquecem os sagrados princípios da igualdade, marcados nas bases da Constituição (...) e ditam os revoltantes decretos de 29 de setembro de 1821, onde cada palavra é um insulto, cada período um atentado, e o seu todo um pélagos de horrores, de traições, de tudo quanto é perverso”. E após outras considerações assim conclui sua oração longa e veemente: “Não pareçam exageradas as minhas expressões: é crime calar quando o dever prescreve que falemos (...) Felizes todos os que em paz servirmos V. A. R. no centro desta Augusta Assembléia, firmando pela última vez o grande pacto e indestrutível obra do Edifício Nacional”.

D. Pedro, mal cessados os aplausos, de imediato respondeu ao orador: “Agradecei à vossa província de minha parte e dizei-lhe que antes do cidadão me apresentar os seus votos, eu já contava com a sua lealdade”. Referia-se, aí, por certo, o Príncipe Regente ao discurso de Manuel Carneiro da Fontoura, pronunciado a 9 de janeiro, e no qual dizia, entre outras coisas: “Em todos os tempos, Real Senhor, e ainda mesmo nas crises mais fatais, se julgou digna da maior atenção a voz de um povo responsável por suas atribuições: o Brasil já não é um pupilo, já não é um escravo, não é o país dos amorreanos e dos cananeus exposto às lanças do primeiro invasor; nós fazemos hoje grande vulto no meio das nações da Europa, possuindo todos os recursos que formam e engrandecem os impérios”. E declarava, por fim, o Rio Grande do Sul não apenas integrado no movimento independentista, mas coeso em torno do Príncipe Regente, e em desesa e para a liberdade do Brasil.

E enquanto isso, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre o povo afixava pelas paredes e muros cartazes manuscritos, autênticos pasquins, conclamando o povo: “Cidadãos! O Deus da natureza fez a América para ser independente e livre; o Deus da natureza conservou no Brasil o Príncipe Regente para ser aquele que firmasse a independência deste vasto continente; que tardamos? A época é esta. Portugal nos insulta. A América nos convida... A Europa nos contempla... O Príncipe nos defende... Cidadãos, soltai o grito festivo... Viva o Imperador Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro!”

Um mês mais tarde chegava a Porto Alegre a notícia decisiva e fiel do feito do Ipiranga; o Brasil estava livre, independente! E por todos os recantos da Província era repetida a frase heróica de D. Pedro - “Seja de agora em diante a nossa divisa Independência ou Morte” - concretizando o ideal proclamado cinquenta anos antes em Minas Gerais.

Histórico e Geográfico Brasileiro e realizado no Rio de Janeiro em fins de 1972, e publicado nos respectivos *Anais*, vol. I, pp. 81-92, Rio de Janeiro, 1975. À sua comunicação, o autor anexou o texto integral dos discursos de Silva Fontoura e Xavier Ferreira. No Congresso, o trabalho de Walter Spalding foi relatado pelo professor Piragibe da Fonseca, que sobre ele exarou o seguinte parecer: "É menos uma tese que simples comunicação, mas comunicação preciosa por duas superiores razões. Antes do mais, o assunto é quase novo. Quase novo, sublinho, porque, na realidade, parcas, até o momento, as contribuições sobre a repercussão nos rincões extremo-meridionais dos acontecimentos que tinham por teatro o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e portanto sobre a participação da Província de São Pedro do Sul no movimento da Independência. Há bons ensinamentos a respigar no trabalho em questão. Acresce que o autor junta, facsimilados, documentos inéditos e conclusivos procedentes do Serviço de História da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Tenho a satisfação de recomendar o trabalho de Spalding, realmente digno dos *Anais do Congresso*").